

PREÂMBULO

Tem o leitor nas suas mãos o VIº volume de Actas do 1º Congresso de Arqueologia Peninsular — realizado no Porto em Outubro de 1993 — e correspondente ao fasc. 2 do vol. XXXV dos “Trabalhos de Antropologia e Etnologia”.

Recordamos que, com toda a probabilidade, publicaremos ainda mais dois tomos — VII e VIII — equivalentes aos fascs. 3 e 4, respectivamente, do mesmo volume. Assim, terão hipóteses de publicar os seus textos os autores mais atrasados, que aproveitarem o **prazo último** de 31 de Dezembro de 1994 para envio dos respectivos originais.

Qual o nosso objectivo fundamental, a nossa preocupação constante, como responsáveis pela edição rápida das Actas (nos nossos dias, o **tempo é um valor capital**)? Que elas sejam tão ricas e abrangentes (em temas e perspectivas) quanto possível, não apenas traduzindo o que o Congresso foi, mas o que ele “queria” idealmente ter sido; pois um evento como este vai-se constituindo, na prática, ao longo do tempo, e só se consoma com a publicação do último volume dos seus resultados.

Mas, decerto, e como é óbvio, nem aí ele se conclui, porque não é determinável o conjunto de acções que esta realização e sua pronta publicação irão estimular, a nível particular e geral, por exemplo desde (em parte, admitimos) a realização do IIº Congresso em Zamora em 1996, até à consolidação do interesse pela Arqueologia entre um grupo de jovens que, tendo trabalhado nas Actas do Congresso, as têm visto nascer e crescer, e da sua leitura têm decerto aproveitado.

É aliás essa responsabilidade para com os jovens, para com os nossos estudantes, uma das razões que nos forcem à manutenção de uma atitude tanto quanto possível activa no campo da Arqueologia — a SPAE (que nos exige trabalho diário), as escavações (penosas de fazer pelo esforço organizativo, psíquico e físico, que impõem), os cursos de pós-graduação, o intercâmbio ERASMUS. Responsabilidade de, como elemento da Universidade do Porto, e como se diz vulgarmente, “não fazer má figura” perante as dezenas de alunos ou estudiosos (pré-doutorados ou já doutorados) que anualmente nos contactam, na ânsia de colherem experiências ou informações para a sua formação ou os seus trabalhos. E, para tudo isto conseguir, em prol de valores em que acreditamos — e que temos como o capital mais precioso que se pode possuir — passamos a vida a solicitar apoios e subsídios, gastando tempo, energia e dinheiro pessoais, des-

viando-os do que poderia ter sido uma obra individual mais rica, quantas vezes deparando com as reticências dos nossos interlocutores, alguns dos quais nem sempre atentos (ou de algum modo temerosos?, e nesse caso, porquê?) ao serviço social que assim prestamos. Desinteressadamente? Não, até porque cremos ser essa uma falsa questão. Certamente para aumentarmos um “capital simbólico”, que é o que põe sempre as pessoas em movimento... mas, insistimos, procurando acertar esse desiderato com objectivos que transcendem o mero interesse individual, particularista.

Às vezes, em Portugal pelo menos, esquecemo-nos de que nenhum projecto se desenvolve sem uma “ecologia mental” favorável, e de que o que mais falta faz à nossa Arqueologia é um “movimento público” (ou, se quisermos, mais modesta e pluralisticamente, muitas acções feitas num espírito não individualista) que envolva e galvanize bastante gente em realizações de alcance colectivo. Na solidão, são possíveis pequenos contributos, por vezes até esforçados e geniais; mas, num mundo onde a natureza e a qualidade da informação que se transmite depende intimamente da rapidez com que é transmitida (a “mesma” informação daqui a uns dias ou uns meses já não representa o mesmo “capital” de hoje; informação parada — como o dinheiro —, é informação desvalorizada), e onde os trabalhos a realizar dependem de um enquadramento técnico-institucional que supera os indivíduos, a “arqueologia de autor”, ou, se quisermos, o trabalho amador mais ou menos improvisado acaba por ter um curto alcance, causando desgaste e frustração.

Este Congresso, a que alguns detractores chamaram “megalómano”(?!), tinha esse fim nobre (palavra de certo modo gasta, bem sabemos) em vista, o de fazer algo cujas dimensões, cuja escala, determinassem por si próprias **novos patamares mentais de onde ver** a Arqueologia portuguesa e ibérica. E, sem esses patamares, fica-se sempre na visão local, que, em si mesma, não tem valor nenhum. Como ainda recentemente afirmava ao jornal “Público” Pedrag Matvejevitch, autor do grande livro que é o *Breviário Mediterrânico*: “Tomar “a priori” particularidades como valores faz-nos deslizar para os particularismos.” Contra todos os fundamentalismos, regionalistas, nacionalistas ou internacionalistas, o que está hoje em causa é a defesa do cosmopolitismo mental como atitude capaz de ultrapassar a estreiteza de vistas que conduz à incompreensão e mesmo ao ódio, valorizando ao contrário a permanente abertura, o confronto de ideias aberto e sereno, a reconstrução ágil do eu pelo diálogo com o Outro. Uma postura includente, não excludente. E se isto parece certo, indispensável, à escala planetária, é-o com certeza também ao nível peninsular. Foi animados desse espírito que nos lançámos nesta “aventura” do Congresso que, hoje, vemos plenamente recompensada.

Há dias, desfolhando números antigos da revista *Arqueologia* — outra “aventura” que, para nós, como tal, durou uma década — relembrámos o escrito no

editorial do vol. IX, precisamente de Junho de 1984, intitulado: “É necessário incrementar a cooperação luso-espanhola no domínio da Arqueologia”. Continuaríamos a subscrever, a propósito deste Congresso, quase tudo o que aí se diz, apesar de algum cepticismo que a experiência nos vai inevitavelmente conferindo.

O mesmo Matvejevitch que acima citámos falava da importância de uma “identidade do fazer” *versus* uma “identidade do ser”. Somos o que vamos sendo capazes de fazer, alargando espaço de manobra no campo social. No domínio específico da Arqueologia ibérica, e no diálogo dos seus intervenientes, há muito para fazer. Quem não realiza, entra em *deficit* de ser, do seu ser, de algum modo morre por antecipação. Este Congresso quis ser um passo naquela direcção colaborante - a de contribuir para abrir um espaço cultural ibérico vivo, no âmbito do que mais radicalmente nos constitui: as nossas memórias, a nossa história.

No final deste volume poderá o leitor encontrar as conclusões do Congresso, e também moções aprovadas na sua sessão final. Entendemos não dever protelar por mais tempo a sua publicação, embora se preveja ainda a edição, como atrás reafirmámos, de outros volumes de Actas, contendo as comunicações/posters chegados à redacção até aos finais de 1994.

Porto, Maio de 1994

Vítor Oliveira Jorge

Secretário-Geral do Congresso para Portugal